

Educação

SABERES EM DIVERSIDADE CULTURAL: UM OLHAR EXPLORATÓRIO SOBRE A VARIAÇÃO LINGÜÍSTICA EM ALDEIAS INDÍGENAS

Sérgio Ricardo Reis Matos¹, Sheila Cristina Monteiro Matos²

Resumo. O artigo discorre sobre a importância da diversidade cultural a partir da compreensão de uma das dimensões da cultura de um povo – a língua, explorando os fenômenos variacionistas da língua portuguesa nas comunidades autóctones kaxinawá do Rio Jordão - AC. Para tal, conceitua diversidade cultural; descreve a variação lingüística como elemento de diversidade cultural; contextualiza a área de estudo e a diacronia dos indivíduos envolvidos; analisa as dimensões da variação lingüística no contexto selecionado; cita saberes docentes aplicados; e realiza uma abordagem das aplicações desses conhecimentos para as operações militares. O trabalho foi desenvolvido por meio de pesquisa bibliográfica e documental em diversas publicações, bem como pela experiência dos autores no Estado do Acre. Em termos de variação lingüística, verifica-se que o fenômeno variacionista no português do índio é um processo permanente, duradouro e dependente de fatores históricos, socioculturais e geográficos, elementos estes que ainda geram diversidade cultural. Nas considerações finais, infere-se que o discurso da diversidade cultural é um esteio para a real busca da cidadania do índio, sem que se desvalorizem seus costumes, valores, crenças e língua; nem que se interfira no processo inexorável que é sua interação com o não índio.

Palavras-chave: Diversidade cultural. Língua portuguesa. Povos indígenas. Variação Lingüística.

Abstract. This paper analyzes the importance of cultural diversity from a perspective of understanding the linguistic dimension of Kaxinawa communities and the variations of the Portuguese language spoken by them. Thus, it defines cultural diversity; describes linguistic variation as a cultural diversity element; contextualizes the area of research and the age group variations; analyses the linguistic variation dimensions in this specific context; mentions applied teaching knowledge; and comments on its application in military operations. The work was developed by means of a bibliographical and documental research based on several publications as well as on the works of the authors from the State of Acre. Concerning linguistic variation, we can verify that this phenomena is a continuous process which depends

¹ Mestrado em Ciências Militares. Escola de Aperfeiçoamento de Oficiais (EsAO), Rio de Janeiro, Brasil. sergiomatos97@ig.com.br .

² Especialização em Psicopedagogia e Pedagogia Empresarial. Universidade Federal do Acre (UFAC), Rio Branco, Brasil. sheilamatos@uol.com.br .

on historical, physiographical, social and cultural factors that still generates cultural diversity. As final considerations, it can be concluded that the cultural diversity essay is a capstone for seeking the real indigenous citizenship without looking down on their customs, beliefs and languages; even if the implacable process of its interaction with non-indigenous people.

Keywords: Cultural diversity. Portuguese language. Indigenous communities. Linguistic variation.

1 Introdução

Nos últimos anos, tem-se acentuado o debate a respeito da diversidade cultural, como uma forma de resgatar o universo plural de comunidades que não são valorizadas em toda a sociedade.

A literatura (TRINDADE *et al*, 2002, p. 20) e a lei de diretrizes e bases da educação (BRASIL, 1996) abordam que diversidade cultural é e valorizar a heterogeneidade multicultural presente na constituição de um grupo. É superar as consequências do monopólio cultural de alguns grupos, traço característico da história de um país colonizado, em prol da plenitude da cidadania para todos.

A sociedade do século XXI exige respeito à diversidade. Culturas distintas, realmente integradas, constituem alavancas em busca de justiça, equidade e cidadania.

As operações militares também atestam a importância da diversidade cultural em uma área de operações.

Manuais americanos, atualizados com as experiências dos conflitos do século XXI, incluem a análise da cultura de um ambiente operacional como parte do estudo de situação de uma operação. Diferenças culturais afetam a montagem de linhas de ação e são, frequentemente, uma variável significativa para a decisão de um comandante (ESTADOS UNIDOS, 2005).

As culturas indígenas, com comunidades cujas origens antecedem à formação do Estado brasileiro, não são plenamente valorizadas em todos os grupos sociais. Entretanto, operacionalizando a diversidade cultural, começou-se a verificar que essa cultura, com suas crenças e valores, perfaz um emaranhado de saberes que tendem a contribuir para o fortalecimento da cultura nacional. E como está o processo dessa contribuição?

Delimitando o assunto, uma das dimensões que melhor representam a cultura de um lugar ou de um povo é a sua língua (SILVA, 2008). A verdade, hoje, é que o índio quer e precisa

aprender a falar a língua portuguesa por esta ser uma necessidade social (COX, 1994). Porém, esta obrigação não impede que ele tenha e valorize a sua cultura própria, bem como se expresse também utilizando os seus históricos signos.

Utilizando a metodologia de revisão de literatura e da observação pessoal, o artigo tem por objetivo discorrer sobre a aglutinação entre as culturas do índio e do não-índio a partir de um olhar exploratório sobre os fenômenos de variação da língua portuguesa nas comunidades autóctones.

Considerando que para haver diversidade cultural tem que haver comunicação entre os indivíduos que vivem as diferentes culturas – ou seja, um signo comum, o entendimento desses fenômenos variacionistas são relevantes e necessários. Esse entendimento também é importante para a docência, em qualquer nível, nessas comunidades.

Nas seções vindouras, o artigo descreve a variação lingüística como elemento de diversidade cultural; contextualiza a área de estudo e a diacronia dos indivíduos envolvidos; analisa as dimensões da variação em línguas estão sujeitas ao glotocídio. Embora haja povos como os Ticuna, com 32000 pessoas, ou os Macuxi, com mais de 16000, a média de falan-

tes por língua indígena no Brasil é menor que 200 indivíduos (DALL'IGNA, 2005; GRUPIONE, 2002; SILVA, 2008).

Participando de missões militares que visam a ajudar o desenvolvimento regional em áreas onde muitas vezes somente as Forças Armadas representam o Estado, bem como lecionando disciplinas pedagógicas para agentes de educação em comunidades indígenas ou seus descendentes, os autores conheceram a realidade desses povos, identificando aspectos da diversidade cultural e, conseqüentemente, lingüística.

As influências do idioma indígena local, da história de como esses índios foram civilizados e do processo de interação com o não-índio servem como exemplos clássicos de variação lingüística.

2.1 Contexto estudado

A vivência relatada nesse trabalho foi junto aos índios *kaxinawá* do município de Jordão-AC, no ano de 2006.

Jordão foi elevado como município no estado do Acre em 1992. Em 2005, possuía 4633 habitantes. Abriga aldeias dos índios Kaxinawá e descendentes de seringueiros nordestinos oriundos do Ciclo da Borracha do século XX (SOUZA, 2005).



Ilustração 1 – Jordão – AC
 Fonte: <http://www.brasil-turismo.com>

O município possui uma vila-sede onde estão concentrados os mais importantes serviços. A maioria dos descendentes dos seringueiros e dos índios integrados habita nessa sede.

Os índios menos integrados habitam aldeias nas calhas do Rio Tarauacá e do Rio Jordão. E índios isolados, arredios à presença não-índia, vivem na calha do alto Rio Tarauacá e do Rio Envira. Em maio de 2008, imagens desses índios isolados ganharam manchete principal em diversos jornais mundiais.

Os índios kaxinawás são a maior população indígena do Acre, com mais de 4000 índios. Além dos Rios Tarauacá e Jordão, eles vivem em outras 12 terras indígenas, ao longo dos

rios Breu, Muru, Envira, Humaitá e Purus (KUIIN, c2008; MANÁ, 1995).



Ilustração 2 – Imagens dos índios isolados que se tornaram manchete mundial
 Fonte: <http://ultimosegundo.ig.com.br/bbc/>

A língua kaxinawá (*hãtxa kuin*) é falada por esses índios no Acre e por mais 1500 indivíduos que moram no

Peru, em CuranHa e no Purus (KUIIN, c2008; MONTAG, 2004).

O ensino da língua portuguesa é feito nas escolas da vila-sede e nas escolas das aldeias indígenas.

2.2 Diacronia da variação lingüística e saberes docentes aplicados

Em termos históricos, a variação lingüística das comunidades indígenas *kaxinawá* possui uma diacrônica complexa.

O Acre, como território boliviano antes do Tratado de Petrópolis em 1903, recebeu, primeiramente, a influência da colonização hispânica (SOUZA, 2005). Segundo Seki (1993), essa colonização resultou na inculcação do castelhano como nova língua geral, não havendo respeito em relação à forma de expressão dos povos conquistados.

Em seguida, houve o Ciclo da Borracha, ocasião em que diversos migrantes e imigrantes de camadas mais baixas da sociedade tentaram recomeçar suas vidas no Acre, sob a ilusão do enriquecimento rápido. Nesse estágio, o índio se integra a esse segmento da sociedade brasileira que, por exemplo, tinha o costume de vender mulheres (esposa e filhas) para o pagamento de dívidas (SOUZA, 2005).

A partir do final da década de 1970, durante os governos militares, é

que começaram a ser identificadas as terras indígenas pela Fundação Nacional do Índio (FUNAI). A partir daí, as aldeias Kaxinawás começaram a estruturar cooperativas e a organizar suas produções agrícolas e artesanais. Essa iniciativa pôs fim à dependência que tinham aos padrões seringalistas que chegaram no início do século XX (MANÁ, 1995).

Na década de 1980, por meio da promulgação da Constituição Federal de 1988, foi reconhecido o direito à autodeterminação dos povos indígenas, mesmo enquanto cidadãos brasileiros. Foi oficializado, portanto, o respeito aos povos indígenas como cultura anterior ao Estado brasileiro. Como consequência, surgem projetos alternativos de escola indígena, valorizando paradigmas de diversidade cultural ao buscar o espaço para a comunidade indígena na construção de um sistema educacional (GRUPIONE, 2002; MINDLIN, 2004).

Como será visto na seção 2.3 - Aspectos de variação lingüística, aprender a língua portuguesa é uma necessidade sociocultural e geográfica do índio. Não há dúvida de que a escola é um dos melhores locais para os povos indígenas aprenderem o idioma português. E isto pode ser alcançado sem ter que abrir mão de sua língua materna (COX, 1994; GRUPIONE, 2002).

Uma vez sistematizado o processo lingüístico, que é uma tarefa eminentemente do espaço escolar, cabe construir uma interface que legitime a tríade escola - comunidade indígena - saberes multiculturais. Desencadeia-se, assim, um trabalho coletivo, inovador e transformador.

A educação plurilíngüe, intercultural, específica e diferenciada do índio tornou-se um consenso no movimento indígena (antropólogos e lingüistas) e no sistema oficial de ensino. Esse consenso determinou a passagem da responsabilidade pela política de educação escolar indígena da FUNAI para o Ministério da Educação e Cultura (MEC) em 1991, culminado com a publicação do 'Referencial curricular nacional para as escolas indígenas' - RCNEI (MINDLIN, 2004).

Desde então, após algumas experimentações, percebeu-se que o ensino da Língua Portuguesa poderia ser mais eficaz se as crianças fossem alfabetizadas primeiramente em sua língua de origem e, depois de alfabetizadas, aprendessem a língua portuguesa. Essa metodologia proporciona um importante papel no fortalecimento das línguas indígenas, ampliando condições para suas formas de expressão escrita e oral, bem como criando novos contextos e oportunidades de uso (GRUPIONE, 2002; MINDLIN, 2004).

A obra '*Nuku Mimawa*' (MANÁ, 1995) e a publicação 'etno-lingüísticos Nº 59: lições para a aprendizagem da língua kaxinawá' (MONTAG, 2004) são bons exemplos do emprego dessas oportunidades de uso na forma de expressão escrita.

Nuku Mimawa é uma coletânea das letras das músicas tradicionais das aldeias kaxinawás. A obra tem por objetivo registrar a cultura indígena no momento em que a língua kaxinawá passou a ser dominada pela escrita. Seu autor, Joaquim Maná, organizou o livro com a intenção de minimizar os efeitos socioculturais conseqüentes da interação com o não-índio, o que, indubitavelmente, influencia o falar regional entre as gerações viventes. O prefácio, único conteúdo em idioma português da obra, atesta essas assertivas.

Em muitas comunidades Kaxinawá, existem muitos velhos que sabem mitos e muitas músicas. Mas, por má informação que os velhos sofrem, muito deles não gostam de ensinar para os outros, mesmo para os filhos e netos. Isso porque a sociedade branca envolvente está muito forte nas aldeias indígenas. [...] Tudo isso é que deixam os velhos sem contato com os jovens. E por não ter a informação prática da tradição cultural indígena, os jovens praticam a cultura da sociedade branca (MANÁ, 1995).

A publicação ‘Dados etno-lingüísticos N° 59: lições para a aprendizagem da língua kaxinawá’ elaborada com o intuito de preservar as línguas vernáculas indígenas. Obra iniciada em 1969 e concluída em 2004, visa também à compreensão da gramática, da pronúncia da língua falada e da cultura.

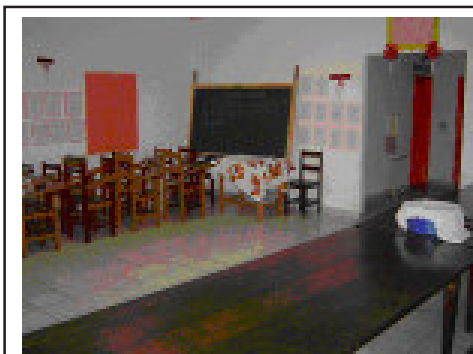
Atualmente, essa educação

plurilíngüe e multicultural prevista no RCNEI é trabalhada nas aldeias dos índios kaxinawá. Logicamente, o conteúdo ensinado nas escolas localizadas nas regiões mais perenes da selva sofre os efeitos das diferenças socioculturais da região. Nas ilustrações 4 e 5, pode-se observar a estrutura das escolas, bem como a carga horária da educação indígena.

Tito: Bari betsatiã ã hutxi ni merã piaya ka inu keneyã keyuniki.	<i>Um dia há muito tempo meu avô foi na serra para caçar e aí uma onça mordeu ele.</i>
Jose: Mawanimẽ?	<i>Morreu?</i>
Jose: Haskamaki. ã huchĩ inu keneya tsakaniki, dateamarã.	<i>Não era assim. Meu avô matou a onça, sem ter medo.</i>
Jose: Eaná, inu ã uĩsmaki. Mianã, inu mĩ uĩmismẽ?	<i>Eu nunca vi onça. Você já viu?</i>
Tito: Haa, ã uĩmiski. Natianã, eskadabes bestiki, inurã. Nukunabũ keyukanikiki. ã bake pixtakẽ nukunabũ itxapa tsakapaunibuki.	<i>Sim, sempre os vejo. Hoje em dia tem poucas onças. Nossa gente está matando todas. Quando eu era pequeno, nossa gente matava muitas.</i>

Ilustração 3 – Obra ‘etno-lingüísticos N° 59’

Fonte: Montag, 2004.



Escola na vila-base de Jordão



Escola na aldeia indígena

Ilustração 4 – Escolas em Jordão

Fonte: do autor

Dia da semana	1ª semana	2ª semana	3ª semana	4ª semana
Segunda-feira	Língua indígena	Língua indígena	Língua indígena	Língua indígena
Terça-feira	Língua portuguesa	Língua portuguesa	Língua portuguesa	Língua portuguesa
Quarta-feira	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Quinta-feira	Geografia	Geografia	História	História
Sexta-feira	Ciências	Ed. Física	Ed. Física	Ed. Artística

O professor deve dar aula 05 dias por semana.
 O professor deve dar aula 04 horas por dia das 7 às 11 horas ou das 13 às 17 horas.
 O professor deve dar aula 20 horas por semana.
 O professor deve dar aula 80 horas por mês.
 O professor deve dar aula 8 meses por ano.

Dia da semana	1ª semana	2ª semana	3ª semana	4ª semana
Segunda-feira	Língua indígena	Língua indígena	Língua indígena	Língua indígena
Terça-feira	Língua portuguesa	Língua portuguesa	Língua portuguesa	Língua portuguesa
Quarta-feira	Matemática	Matemática	Matemática	Matemática
Quinta-feira	Geografia	Geografia	História	História
Sexta-feira	Ciências	Ed Física	Ed Física	Ed Artística

O professor deve dar aula 05 dias por semana.
 O professor deve dar aula 04 horas por dia das 7 às 11 horas ou das 13 às 17 horas.
 O professor deve dar aula 20 horas por semana.
 O professor deve dar aula 80 horas por mês.
 O professor deve dar aula 8 meses por ano.

Ilustração 5 – Carga horária na aldeia indígena

Fonte: do autor

Apesar das relevantes inovações educacionais ocorridas no espaço indígena, observa-se que o ambiente para a educação ainda é precário e escasso. Na prática, para se atuar nesse magistério, exige-se somente o primeiro segmento do ensino fundamental, o que não é o ideal. As difíceis condições logísticas da Amazônia ainda agravam a desejada qualidade de ensino para uma realidade distante.

2.3 Aspectos de variação lingüística

Variação lingüística é fenômeno pelo qual uma língua se difere de si em razão do *status* social do falante, do local onde se vive ou da época em que é falada (BAGNO, 2002; SILVA, 2008, p. 113).

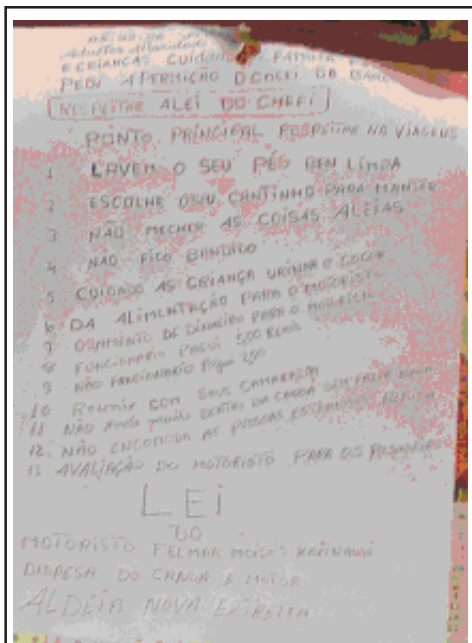
De acordo com Calvet (2002) e Silva (2008), os aspectos regionais de variação das línguas, freqüentemente classificadas dentro de uma escala preconceituosa - o paraíba, o índio, o cabloco, o caipira, diversificam a forma fonológica e lexical da língua portuguesa.

Na Amazônia, essas influências não só são decorrentes dos padrões lingüísticos das comunidades anteriores, tal como uma língua indígena local, como também é resultado da vivência sociocultural dos falantes, que pode ser exemplificada pela extração

garimpeira, pelo seringalismo, pela necessidade de ervas para curar doenças ou pela dependência da malha fluvial para deslocar-se de uma região para outra.

A interação do índio com o homem branco alterou a identidade e a escala de valores sociais do índio (SEKI, 1993). Na intenção de encontrar seu espaço na sociedade mais civilizada, passou a valorizar a língua e o imaginário do não-índio. A necessidade dos meios do não-índio, particularmente o manufaturado, passou a colocar o autotócne em um patamar inferior, o que se traduziu em dependência.

No Acre, a colonização não foi impulsionada sob a égide da catequese cristã, como em outras partes. Foi motivada exclusivamente pelo interesse econômico da exploração da borracha. Antes de sua anexação ao Brasil, esses seringalistas, empolgados com os grandes lucros iniciais do Ciclo da Borracha, chegaram a proclamar a República do Acre, independente da Bolívia (SOUZA, 2005). Em consequência, o “português” desse índio não recebeu as influências da aristocracia de altos funcionários ou de ricos comerciantes, mas sim da fala rude de seringueiros, aventureiros e comerciantes de classe mais baixa, com todos os seus aspectos defectivos em termos formais (LUCCHESI, 2004a).



05 – 03 – 06
 Pedi a permissão d chefe do barco
 Respeitar alei do chefi
 Ponto principal respeitar na viagens
 1 Lavem o seu pés ben limpa
 2 Escolhe o seu cantinho para manter
 3 Não mecher as coisas aleias
 4 Não fico bandido
 5 Cuidado as criança urinar e cocor
 6 Da alimentação para o motorista
 7 Osamento de dinheiro para o motorista
 8 Funcionario pagui 5,00 reais
 9 Não funcionário pagui 2,50
 10 Reunir com seus camarada
 11 Não anda muito dentro da canoa sem fazer nada
 12 Não encomoda as pessoas estranhos bebida
 Avaliação do motorista para os passageiro
 Lei do motorista [...]
 Dispesa do canoa e motor Aldeia Nova Extrema

Ilustração 6 – Lei do Barco Kaxinawá do Rio Jordão
 Fonte: do autor

Muito mais que erros ortográficos, como motoristo e dispesa; morfológicos, como os passageiro; ou sintáticos, como as criança urinar; percebe-se o atual papel social e cultural do autóctone. Dentro de sua reserva indígena, onde há restrição de entrada do não-índio, onde se fala o *kaxinawá*, é fácil identificar a influência da civilização colonizadora sobre a nativa, a começar pelo idioma:

- a necessidade de se colocar uma ordem – “Respeitar alei do chefi”;
- a diferenciação de quem trabalha e de quem não trabalha, bem como a importância do dinheiro – “Funcionário pagui 5,00 reais Não funcionário pagui 2,50”;
- a hierarquização de bens e propriedades – “Dispesa do canoa e motor Aldeia Nova Extrema”;
- a existência do ilícito – “Não mecher as coisas aleias Não fico bandido”

Uma outra característica dessa variação é resultante da ordenação social que há dentro das aldeias. O índio possui uma hierarquia muito bem definida, que retrata inclusive o nível de variação lingüística do idioma escrito e falado. No Jordão, cada aldeia possui sua liderança e as chefias de diversos setores: educação, religião e saúde, subsistência (agrícola), segurança e vendas (artesanato).

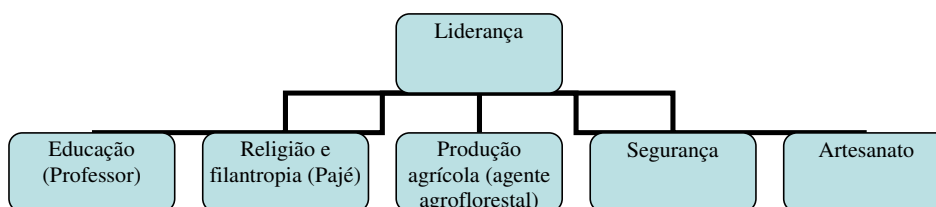


Ilustração 7 – Organograma da comunidade indígena

Fonte: do autor

As lideranças geralmente são aqueles indivíduos que se destacam por serem os mais cultos da aldeia, representando a tribo inclusive em encontros internacionais. A carta seguinte, extraída de Kuin (c2008), retrata uma reclamação das lideranças sobre suas condições de saúde das aldeias.

Nós *huni kuin* [kaxinawá] das três terra indígena. Alto Jordão, Baixo Jordão e Seringal Independência, no Rio Tarauacá. Estamos todos indignados com a situação da forma que a equipe da ORG. FUNASA atendem o nosso povo *huni kui*. Aqui no Jordão o atendimento é muito ruim, as pessoas que trabalham no pólo base de Jordão, não estão cuidando do seu trabalho e estão desviado de suas funções para brincar com nosso povo e nossa saúde. E muitos do nosso povo estão morrendo de varias doenças, como Malaria, e Febre amarela, tifoide, viroses, desnutrição infantil, picada de cobra, complicação de partos.

Comparando com as regras de utilização da embarcação, os aspectos

ortográficos, sintáticos, morfológicos e semânticos dos líderes, apesar de ainda deficientes, são mais formalmente corretos do que o piloto do meio fluvial. Isto atesta sua condição melhor na sociedade indígena.

Em termos históricos, Lucchesi (2004b) afirma que, enquanto o português se implantava pela ação dos colonos e escravos no litoral, na região do Maranhão e Amazônia falava-se uma língua geral de base tupinambá. À medida que foi sendo imposta a nova língua, as adaptações causadas pela vivência dos falantes e da língua de base tupinambá passaram a modificar termos usuais do português.

Discorrendo sobre essas modificações, Mandlin (2004) cita termos que, embora sejam facilmente compreensíveis, não são tão usuais no “português” mais utilizado no centro-sul, como “tirar” para “subtrair”, “juntar” para “somar”. Em certas regiões indígenas, um indivíduo não local deve se adaptar a esses termos para que alcance uma

comunicação eficiente.

A recíproca também é real. Na citação seguinte, um professor indígena de português, atuando em aldeias, relata a dificuldade de seu aluno aprender o gênero da pessoa, dada a compreensão anterior desse discente em sua língua nativa.

Então aí chega dificuldade onde eles não sabe o que coloca se é o ou se a. Eu explico, explico, mas na hora que ele vai escrevê, ele troca, escreve 'a menino', 'o escola' (COX, 1994).

Esta situação também pode trazer ao índio dificuldades na comunicação com o não índio.

Na obra de Montag (2004), é possível verificar a influência da língua kaxinawá na estrutura de uma frase quando se fala em português. O kaxinawá diz “morreu sua filha Júlia faz anos?”, ao invés de dizer “há quanto tempo sua filha Júlia morreu?”. A ilustração 8 demonstra um outro exemplo e ainda o correspondente na língua kaxinawá escrita.

Exs.:	
Mĩ bake Julia mawayamamẽ?	<i>Morreu sua filha Júlia faz anos?</i>
Ë shashu wayama ma txapuikiki.	<i>A canoa que fiz anos atrás já está se acabando.</i>

Ilustração 8 – Língua kaxinawá e sua tradução para língua portuguesa
Fonte: Montag, 2004.

Um outro fator de variação lingüística entre índios e não-índios é que aldeias localizadas próximos a centros mais desenvolvidos têm seu falar regional também significativamente influenciado, seja por meio de jornais, emissoras de rádio, televisão e até Internet (LUCCHESI, 2004b).

Nesse sentido, Maná (1995) contextualiza esse problema nas aldeias kaxinawá do Jordão.

Em muitas comunidades indígenas, que ficam próximas das cidades, já não praticam mais a sua cultura tradicional, preferem praticar a cultura da sociedade branca: ouvir lambada, forró, dançando e usando instrumentos como, rádio, toca fita, violão, pandeiro, etc.

Além dessa diversidade entre as regiões de não-índios e índios, a literatura aborda também uma variação entre os povos indígenas. Cox (1994) e Seki (1993) afirmam que a língua por-

tuguesa passou também a ser um elo entre as comunidades de línguas diferentes. Os povos indígenas precisam de uma língua comum que torne possível a sua interação e articulação.

A necessidade do uso do português no meio externo também repercute na comunicação interna de uma aldeia. Ao passar do tempo, a língua nativa começa a desaparecer, integrando e influenciando, cada vez mais, a língua portuguesa falada no local. As citações de Cox (1994) corroboram essa tendência.

Sou professor da comunidade Bororo de Meruri. Gosto muito de trabalhar com meus alunos. Na nossa escola somos 6 professores bororos. As dificuldades que temos é: Ensinar a língua indígena para as crianças de nossa comunidade bororo. Estamos tentando recuperar a língua que está sendo difícil de ensinar porque tem palavras em português que não dá para traduzir.

O que parece irrefutável é a necessidade de o índio aprender a língua portuguesa. É imprescindível para sua reafirmação como cidadão. As citações de Cox (1994) corroboram essa assertiva junto a índios professores de português.

[Ensinamos português] para os alunos se comunicar melhor, poder se defender dos seus direitos, negociar e não

ser enganado pelos brancos. Para ter formação igual com a sociedade envolvente.

Ensinamos os nossos alunos em português porque eles merecem conhecer língua não índio para sua defesa (...) ou redigir um pequeno documento elaborado dentro de sua comunidade sem precisar de um não índio.

2.4 A diversidade cultural e as operações militares

No campo das ciências militares, um comandante, como agente que também auxilia o desenvolvimento nacional, interage nesse contexto para melhor cumprir o seu papel na sociedade brasileira.

A atual doutrina do Exército Americano para as campanhas contra o terror denota que o sucesso depende da meticulosa compreensão de uma sociedade e de sua cultura. Mesmo atuando em uma simples tribo, cada soldado deve entender as principais organizações dessa sociedade; as relações e as tensões entre os grupos existentes; as ideologias, os valores e as motivações desses grupos; bem como os fatores para a comunicação efetiva (ESTADOS UNIDOS, 2006, p. 1-22).

O americano identifica que a comunicação efetiva requer muito mais que intérprete, fluência verbal ou co-

nhcimento técnico na língua local. Ele considera como imprescindível analisar as diferenças sociais e suas consequências no comportamento e na expressão oral de uma sociedade (ESTADOS UNIDOS, 2006, p. 3-9), o que certamente envolve fenômenos de variação lingüística.

Verifica-se, portanto, que as forças americanas, mesmo atuando com os melhores recursos tecnológicos, percebem, atualmente, que não há sucesso sem a compreensão da diversidade cultural de uma área de operações.

Desde sua origem, em Guararapes, o Exército Brasileiro mantém convivência harmônica com o índio. Merecem destaque histórico as expedições de Marechal Rondon e sua política integradora do “morrer se preciso for, matar nunca” (BRASIL, 1995, p. 7-8; BRASIL, 2003). As Forças Terrestres compreendem que o silvícola é o elemento nativo da terra, tendo seus costumes, organização, línguas e crenças reconhecidas e respeitadas.

Neste contexto, a Força orienta que o contato do militar com o autóctone deve levar em relevância as características e a diversidade de cada grupo (BRASIL, 2003). Também é indicada uma atenciosa relação com a Fundação Nacional do Índio (FUNAI), órgão governamental encar-

regado da execução da política indigenista (BRASIL, 2007, p. 36), que pode auxiliar na compreensão da cultura de determinada tribo.

As Instruções da Companhia de Fuzileiros de Selva (BRASIL, 1995, p. 7-12) e o Guia do Comandante de Fronteira (BRASIL, 2007, p. 31-32) atestam importantes aspectos da diversidade cultural desses autóctones. Os costumes, a estrutura familiar, as características das habitações, da educação e aspectos políticos em geral enriquecem o cabedal de conhecimento do leitor militar, permitindo uma melhor compreensão e interação com a cultura indígena. Ressalta-se a abordagem constante dessas publicações em relação à variação lingüística, o que permite uma efetiva comunicação com os autóctones.

O idioma português é conhecido na maioria das tribos, principalmente pelos mais jovens [...] Os militares devem aprender algumas palavras do idioma indígena, verificando antes a que tribo pertencem, pois o idioma *varia* entre elas. Isto facilita a aproximação e o diálogo. Deve-se evitar perguntas que exijam respostas monossilábicas, pois os índios tendem a responder ‘sim’ para agradar. Desse modo, em vez de perguntar ‘eles seguiram por aqui?’ questiona-se de outra forma: ‘para onde eles

seguiram?’. Igualmente, evitar perguntas que induzam a resposta, como por exemplo ‘Este é o Rio CABORI?’. A pergunta será: ‘Que rio é este?’

Essa harmonia entre o índio e o militar é corroborada pela presença do índio nos quartéis. Como cidadão brasileiro, o índio que vive nas proximidades das frações de fronteira pode ser convocado para prestar o Serviço Militar (BRASIL, 1995, p. 7-6). Isto lhe confere a oportunidade de melhores condições de vida em seu futuro e permite ao Exército uma melhor compreensão de sua realidade social.



Ilustração 9 – Soldados indígenas
Fonte: <http://www.exercito.gov.br/>

Outro relevante aspecto é o apoio que a família militar presta tanto na ajuda humanitária quanto na educação das comunidades mais carentes (BRASIL, 2007, p. 2), o que alcança grupos tribais. A prática demonstra que quanto maior é o nível de interpretação que, por exemplo, a esposa de um militar

possua sobre a diversidade cultural do índio, mais valor é agregado à educação e a ajuda humanitária.

3 Considerações finais

Pelo presente artigo, verificou-se que os conceitos de diversidade cultural envolvem a busca da reafirmação dos grupos culturalmente distintos em prol de uma melhor cidadania. É operacionalizada por meio da valorização da heterogeneidade multicultural.

Os diversos momentos históricos da colonização no Acre, amostra deste estudo, são muito importantes para a compreensão da diversidade cultural das comunidades indígenas locais. O momento do seringalismo, a conseqüente miséria e dependência do índio no pós-período áureo da borracha, a demarcação de áreas indígenas, o direito à auto-afirmação pela promulgação da Constituição de 1988, a busca em se editar publicações em língua kaxinawá, bem como a atual política multicultural, constroem uma diacrônica complexa que influencia significativamente a cultura indígena entre as gerações nessas comunidades. A língua, como forma primária de demonstração de cultura, sofre as variações conseqüentes.

Os extratos de nível mais baixo da sociedade não-índia, que, logicamente,

não eram falantes de um “português” tido como culto, colonizaram a Amazônia em busca do sonho da riqueza. Esta colonização influenciou a mudança e até causou a ‘morte’ de certas línguas maternas. Com os ares de modernização e o modelo de sociedade civilizada, o índio foi colocado e se colocou em um patamar de nível mais baixo, tendo que, para ter expressão e sobreviver, aprender a nova língua – o idioma português.

Esse português ainda sofre uma diversificação conseqüente das características fisiográficas de cada comunidade indígena, ou seja, uma variação geográfica devido à influência da língua materna e dos costumes locais. Ainda como conseqüência geográfica, é importante ressaltar que, à medida que as cidades começaram a se desenvolver nas imediações das aldeias, o falar ‘não civilizado’ dos índios começou a ser influenciado pelos meios de comunicação das cidades, como jornais, rádios, Internet e televisão.

Em relação à docência, entender essas limitações e possibilidades resulta em uma educação mais firme, construindo uma cidadania mais concreta dessas civilizações.

Em termos militares, compreender tal realidade diversa é algo que realmente não pode ser deixado de lado para a consecução das missões cons-

titucionais das Forças Armadas. Analisar a cultura local e respeitá-la são atitudes imponderáveis para quem deseja obter resultados táticos ou estratégicos duradouros. Isto aumenta a importância de uma judiciosa conjugação dos esforços de inteligência e comunicação social.

Esse respeito não é consubstanciado sem um eficaz canal de comunicação entre os povos envolvidos. Para tal, devem-se compreender os fenômenos variacionistas da língua. Para isto, deve se conhecer a realidade sociocultural e histórica de cada povo.

Enfim, infere-se que o discurso da diversidade cultural é um esteio para a real valorização do índio como cidadão brasileiro, sem que se desvalorizem seus costumes, valores, crenças e língua; nem que se interfira no processo inexorável que é sua interação com o não-índio.

Referências

BAGNO, Marcos. **Preconceito Lingüístico**: o que é, como se faz. São Paulo: Loyola, 2002.

BRASIL. Ministério da Defesa. Exército. Comando Militar da Amazônia. **Guia do comandante de fronteira**. Manaus, 2007.

_____. Estado-Maior. **Portaria nº 020-EME**, de 02 de abril de 2003. Aprova a Diretriz para o relacionamento do Exército Brasileiro com as comunidades indígenas. Brasília, DF, 2003.

_____. Ministério da educação e cultura. **Lei nº 9394, de 1996**. Lei de diretrizes e bases da educação. Brasília, DF, 1996.

_____. Ministério do Exército. Estado-Maior. **IP 72-10**: companhia de fuzileiros de selva. Brasília, DF, 1995.

CALVET, L-J. **Sociolingüística: uma introdução crítica**. São Paulo: Parábola, 2002.

COX, M. I. P. **Professores indígenas de Mato Grosso e o ensino de Português**. Cuiabá: UFMT, 1994.

DALL'IGNA, A. **A cultura dos índios brasileiros**. Brasília, DF: UnB, 2005.

ESTADOS UNIDOS. Department of the Army. **FM 3-24**: counterinsurgency. Washington, DC, 2006.

_____. **FM 5-0**: Army planning and orders production. Washington, DC, 2005.

GRUPIONI, L. D. B. **Educação escolar indígena: formação de professores**. Rio de Janeiro: Salto para o futuro, 2002.

KUIN, L. Y. B. H. **Huni Kuin - Kaxinawá do Rio Jordão**. São Paulo, c2008.

LUCCHESI, D. **As duas grandes vertentes da história sociolingüística do Brasil**. Salvador: UFBA/CNPQ, 2004a.

_____. **Grandes territórios desconhecidos**. Salvador: UFBA/CNPQ, 2004b.

MANÁ, J. **NUKU MIMAWA**. Rio Branco: Kene Hiwe, 1995.

MINDLIN, B. A política educacional indígena no período 1995-2002: reflexões. **Revista de Estudos e Pesquisas**, FUNAI, Brasília, v.1, n.2, p.101-140, dez. 2004.

MONTAG, S. **Dados etnolingüísticos Nº 59**: ções para a aprendizagem da língua kaxinawá: Ministerio de Educación, 2004.

SEKI, L. (Org.). **Linguística indígena e educação na América Latina**. Campinas, SP: UNICAMP, 1993.

SOUZA, C. A. A. **História do Acre**: novos temas, nova abordagem. 3. ed. Rio Branco, 2005.

SILVA, M. E. B. **Curso de língua portuguesa**: variação linguística. Rio de Janeiro: Fundação Trompowsky, 2008.

TRINDADE, A. L. et al.
Multiculturalismo: mil e uma faces da escola. 3. ed. Rio de Janeiro: DP&A, 2002.

Agradecimentos: ao Cap Alexandre e Ten Villas Boas, ambos da EsAO, pelas sugestões que enriqueceram este artigo.